

1 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

2 — Outras disposições aplicáveis — n.ºs 1 e 2 do artigo 80.º, n.ºs 1 e 3 do artigo 81.º e artigos 83.º e 84.º da Lei n.º 16/98, de 8 de Abril, e n.º 1 do artigo 47.º e artigos 49.º e 51.º do referido Regulamento Interno do CEJ.

3 — Podem candidatar-se magistrados e advogados, bem como docentes universitários e personalidades de reconhecido mérito habilitados com licenciatura em Direito obtida em universidade portuguesa ou válida em Portugal, com formação especializada em Direito Europeu e experiência profissional atendível correspondente.

4 — Prazo de candidatura — a candidatura deve ser formalizada até 20 de Junho de 2005.

5 — Documentos a apresentar — os candidatos devem entregar ou remeter à sede do CEJ, sita no Largo do Limoeiro, 1149-048 Lisboa, os seguintes documentos:

- a) Requerimento dirigido à directora do CEJ do qual constem os seguintes elementos:
 - aa) Nome completo;
 - ab) Identificação completa da situação profissional actual;
 - ac) Morada e números de telefone;
 - ad) Número e data do bilhete de identidade e serviço emissor;
 - ae) Endereço para envio de qualquer expediente relativo ao processo de selecção;
- b) Fotocópia do diploma de licenciatura;
- c) Fotocópia do bilhete de identidade (frente e verso);
- d) *Curriculum vitae* detalhado e fotocópia de todos os documentos que comprovem a experiência relevante e o mérito profissional do candidato.

6 — Podem ser obtidos outros esclarecimentos pelo telefone: 218845600, pelo fax n.º 218845615 ou pelo *e-mail* franciscoalmada@cej.mj.pt.

30 de Maio de 2005. — O Director-Adjunto, *António Carlos Duarte Fonseca*.

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

Despacho n.º 12 764/2005 (2.ª série). — Por despacho de 16 de Maio de 2005 do director-geral:

Licenciada Cláudia Crispim dos Santos, conservadora do Registo Predial de Moura — autorizada a prorrogação da requisição nos serviços centrais desta Direcção-Geral, pelo período de um ano, com efeitos a contar de 1 de Julho de 2005.

Licenciada Filomena Sofia Gaspar Rosa, conservadora/notária da Conservatória dos Registos Civil, Predial e Cartório Notarial de Castelo de Vide — autorizada a prorrogação da requisição nos serviços centrais desta Direcção-Geral, pelo período de um ano, com efeitos a contar de 1 de Julho de 2005.

Licenciada Helena Isabel Serra Lima, conservadora dos Registos Civil e Predial de Cabeceiras de Basto — autorizada a prorrogação da requisição nos serviços centrais desta Direcção-Geral, pelo período de um ano, com efeitos a contar de 7 de Junho de 2005.

(Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

20 de Maio de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Despacho n.º 12 765/2005 (2.ª série). — Por despacho de 5 de Maio de 2005 do director-geral:

Florbela Diogo Afonso Cabaço, escriturária da Conservatória dos Registos Centrais — requisitada para exercer funções nos serviços centrais desta Direcção-Geral, pelo período de um ano, com efeitos a partir de 19 de Maio de 2005. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

23 de Maio de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Despacho n.º 12 766/2005 (2.ª série). — Por despachos do director-geral dos Registos e do Notariado de 19 de Abril e de 16 de Maio de 2005 do presidente do conselho de administração da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo:

Sandra Carla Pina Dionísio Monsanto, assistente administrativa (2.º escalão, índice 209) de nomeação definitiva do quadro de pessoal do Hospital Garcia de Orta, S. A. (Ministério da Saúde) — autorizada, após prévia anuência do serviço de origem, a transferência para idêntica categoria do quadro de pessoal desta Direcção-Geral, mantendo a mesma situação remuneratória, ficando exonerada do lugar anterior à data da aceitação no novo lugar. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

24 de Maio de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Despacho (extracto) n.º 12 767/2005 (2.ª série). — Por despacho de 23 de Maio de 2005 do director-geral:

Elsa Regina de Jesus Gomes, contratada em regime de contrato administrativo de provimento na Loja do Cidadão de Lisboa I, desta Direcção-Geral, como assistente administrativa — rescindido o referido contrato, a seu pedido, com efeitos a partir de 23 de Maio de 2005 (inclusive). (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

25 de Maio de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 12 768/2005 (2.ª série). — Tendo-se constatado que o mapa de expropriações anexo ao despacho n.º 5205/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 49, de 10 de Março de 2005, que declarou a utilidade pública, com carácter urgente, da expropriação de quatro parcelas a favor da PolisVila Real — Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Vila Real, S. A., necessárias à execução do Plano de Pormenor do Parque do Corgo, contém um lapso no tocante às áreas do prédio e da parcela n.º 27 desanexada daquele, que não coincide com a que consta da planta anexa ao mesmo despacho, rectifico este erro material nos termos do artigo 148.º do Código do Procedimento Administrativo, publicando-se em anexo um mapa com a identificação da parcela n.º 27 corrigida, que faz parte integrante do presente despacho.

24 de Maio de 2005. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

Plano de Pormenor do Parque do Corgo — A

Mapa de expropriações corrigido

Número da parcela	Nome e morada dos proprietários e outros interessados	Natureza da parcela	Identificação do prédio				Área da parcela a expropriar (metros quadrados)	Classificação no PDM
			Freguesia e concelho	Número da matriz urbana/rústica	Descrição predial	Área do prédio		
27	Herdeiros de Alfredo Rogério Gonçalves e Maria José da Costa, concretamente Maria Benvida da Costa Gonçalves da Silva e outros.	Edifício e terreno agrícola.	São Pedro, Vila Real	U 1680/R 59	Omisso	70/8042	70/8042	REN.